

## Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ 32.206.435/0001-83



Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). **1. Conjuntura econômica:** O ano de 2016 foi marcado por surpresas, tanto políticas como econômicas. O Brasil passou pelo processo de impeachment e o início de um novo governo, que busca dar um novo direcionamento à política econômica. A economia brasileira, em quadro recessivo nos últimos dois anos, deve encerrar 2016 com queda no PIB de 3,5%, acumulando retração próxima de 8% no biênio 2015/2016. No âmbito internacional, eventos como o *Brexit* (a saída da Inglaterra da União Europeia) e a eleição de Donald Trump nos EUA contribuirão para o aumento da incerteza global. As despesas com consumo das famílias brasileiras recuaram pelo segundo ano consecutivo, refletindo a combinação de elevado nível de endividamento familiar com a deterioração progressiva do mercado de trabalho. A taxa de desemprego oficial deve encerrar 2016 em cerca de 12% (contra 9% em 2015), deixando mais de 12,0 milhões de brasileiros desempregados. Apenas no segmento formal da economia, foram fechadas cerca de 1,5 milhão de vagas no ano. Os investimentos permaneceram em queda pelo terceiro ano consecutivo como resultado de um setor industrial endividado e com elevada capacidade ociosa, aliado à baixa confiança dos empresários. No setor externo, a combinação de câmbio depreciado e recuperação dos preços das commodities permitiu à balança comercial acumular superávit de US\$47,7 bilhões em 2016, reduzindo o déficit em contas correntes de US\$60,6 bilhões (3,6% do PIB) em 2015 para US\$20 bilhões em 2016, ou 1,1% do PIB. Esse desempenho, ainda que resulte em baixa contribuição para o crescimento, constitui em importante fator para reduzir os efeitos adversos de um ambiente internacional instável. A inflação que se mostrava mais resiliente ao longo da primeira metade do ano ingressou em um processo de redução mais incisivo nos últimos meses de 2016. O IPCA, que encerrou o primeiro semestre contabilizando inflação de 8,84% em termos anuais, recuou para 6,30% no final de dezembro, fechando o ano dentro da banda do regime de metas. O arrefecimento das pressões

inflacionárias em meio ao aprofundamento da queda da atividade permitiu que o Banco Central desse início ao processo de flexibilização monetária. Nas duas últimas reuniões do comitê de política monetária (Copom) do ano, a SELIC foi reduzida de 14,25% para 13,75%, ao ano, deixando aberta a possibilidade de continuação e intensificação do ciclo de afrouxamento. No âmbito fiscal, o governo conseguiu importantes avanços na construção de um novo regime baseado, fundamentalmente, no controle das despesas públicas. O novo regime visa restaurar a capacidade de gerar superávits sustentáveis necessários ao estancamento do endividamento público. Ainda que não traga resultados expressivos no curto prazo, essa nova postura se constitui em importante elemento para a restauração da confiança e retomada do crescimento econômico nos próximos anos. As expectativas que cercam o ano de 2017 permitem certo otimismo. O esperado maior dinamismo da economia americana, podendo resultar em desvalorização cambial, dará sustentação ao bom desempenho do setor externo e, consequentemente, ao setor industrial. Avanços na agenda fiscal combinado com juros domésticos em queda contribuirão para o aumento dos investimentos e deverão pavimentar o caminho para a retomada do crescimento econômico em 2017.

| Relatório do Conselho de Administração                      |             |             |               |
|---|-------------|-------------|---------------|
| Principais informações financeiras:                         |             |             |               |
| (R\$ milhões)   | 2016        | 2015        | Δ             |
| Receita da intermediação financeira                         | 5,2         | 7,0         | -26,2%        |
| Outras receitas (despesas) operacionais                     | 18,3        | 26,6        | -31,3%        |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações | 23,5        | 33,6        | -30,3%        |
| <b>Lucro líquido</b>  | <b>16,8</b> | <b>22,2</b> | <b>-24,3%</b> |

**3. Comentário sobre o desempenho:** No ano de 2016, a receita da intermediação financeira foi de R\$5,2 milhões, 26,2% abaixo do apresentado em 2015. A linha de outras receitas e despesas operacionais, também apresentou queda, atingindo R\$18,3 milhões, 31,3% inferior do que o apresentado no ano anterior. Com isso, o resultado antes de tributação sobre o lucro e participações foi de R\$23,5 milhões, uma queda de 30,3% em relação a 2015. O lucro líquido totalizou R\$16,8 milhões, 24,3% a menos do que no ano anterior.

| Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015  |       |               |               |
|---|-------|---------------|---------------|
| (em milhares de reais)  |       |               |               |
|   | Notas | 2016          | 2015          |
| <b>Ativo</b>  |       |               |               |
| <b>Circulante</b>   |       | <b>40.155</b> | <b>47.949</b> |
| Disponibilidades  | –     | 46            | 68            |
| <b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>   |       | <b>33.737</b> | <b>42.276</b> |
| Carteira própria  | –     | 33.737        | 42.276        |
| <b>Outros créditos</b>  |       | <b>6.372</b>  | <b>5.605</b>  |
| Rendas a receber  | 6     | 5.846         | 4.523         |
| Diversos  | 7     | 526           | 1.082         |
| <b>Realizável a longo prazo</b>   |       | <b>31.272</b> | <b>27.817</b> |
| <b>Outros créditos</b>  |       | <b>31.272</b> | <b>27.817</b> |
| Diversos  | 7     | 31.272        | 27.817        |
| <b>Permanente</b>   |       | <b>12.654</b> | <b>8.639</b>  |
| <b>Investimentos</b>  |       | <b>11.806</b> | <b>7.989</b>  |
| Participação em Controlada - No País  | 8     | 11.792        | 7.975         |
| Outros investimentos  | –     | 14            | 14            |
| <b>Imobilizado</b>  |       | <b>155</b>    | <b>203</b>    |
| <b>Intangível</b>   |       | <b>693</b>    | <b>447</b>    |
| <b>Total do ativo</b>   |       | <b>84.081</b> | <b>84.405</b> |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras  |       |               |               |
| <b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016</b> |       |               |               |
| (em milhares de reais, exceto onde mencionado)  |       |               |               |
|   | Notas | 2016          | 2015          |
| <b>Passivo</b>  |       | <b>14.134</b> | <b>15.636</b> |
| <b>Circulante</b>   |       | <b>14.134</b> | <b>15.636</b> |
| Outras obrigações   | –     | 14.134        | 15.636        |
| Fiscais e previdenciárias   | 9     | 1.525         | 5.505         |
| Diversas  | 10    | 12.609        | 10.131        |
| <b>Exigível a longo prazo</b>   |       | <b>25.165</b> | <b>23.600</b> |
| Outras obrigações   | –     | 25.165        | 23.600        |
| Fiscais e previdenciárias   | 9     | 23.616        | 21.128        |
| Diversas  | 10    | 1.549         | 2.472         |
| <b>Patrimônio líquido</b>   |       | <b>44.782</b> | <b>45.169</b> |
| Capital   | 13.1  | 31.563        | 31.563        |
| De domiciliados no país   | –     | 31.563        | 31.563        |
| Reserva de lucros   | 13.2  | 13.236        | 13.605        |
| Ajuste de avaliação patrimonial   | –     | (17)          | 1             |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>  |       | <b>84.081</b> | <b>84.405</b> |

|  | Capital realizado | Reserva legal | Reserva de incentivos fiscais | Dividendo adicional proposto | Total das reservas de lucros | Ajustes de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total          |
|--|-------------------|---------------|-------------------------------|------------------------------|------------------------------|----------------------------------|-------------------|----------------|
| <b>Saldos em 01/01/2015</b>  | <b>31.563</b>     | <b>5.288</b>  | <b>79</b>                     | <b>14.873</b>                | <b>20.240</b>                | –                                | –                 | <b>51.803</b>  |
| Dividendos adicionais pagos  | –                 | –             | –                             | (14.873)                     | (14.873)                     | –                                | –                 | (14.873)       |
| Ajuste avaliação patrimonial   | –                 | –             | –                             | –                            | –                            | 1                                | –                 | 1              |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>  | <b>–</b>          | <b>–</b>      | <b>–</b>                      | <b>–</b>                     | <b>–</b>                     | <b>22.238</b>                    | <b>22.238</b>     | <b>–</b>       |
| <b>Destinações:</b>  |                   |               |                               |                              |                              |                                  |                   |                |
| Constituições de reservas  | –                 | 1.024         | –                             | –                            | 1.024                        | –                                | (1.024)           | –              |
| Dividendos obrigatórios pagos de R\$0,3089 por ação conforme RCA de 09/11/2015 | –                 | –             | –                             | –                            | –                            | –                                | (5.303)           | (5.303)        |
| Dividendos adicionais pagos de R\$0,5066 por ação conforme RCA de 09/11/2015   | –                 | –             | –                             | –                            | –                            | –                                | (8.697)           | (8.697)        |
| Dividendos adicionais propostos de R\$0,4202 por ação                          | –                 | –             | –                             | 7.214                        | 7.214                        | –                                | (7.214)           | –              |
| <b>Saldos em 31/12/2015</b>  | <b>31.563</b>     | <b>6.312</b>  | <b>79</b>                     | <b>7.214</b>                 | <b>13.605</b>                | <b>1</b>                         | <b>–</b>          | <b>45.169</b>  |
| <b>Mutações do exercício</b>   | <b>–</b>          | <b>1.024</b>  | <b>–</b>                      | <b>(7.659)</b>               | <b>(6.635)</b>               | <b>1</b>                         | <b>–</b>          | <b>(6.634)</b> |
| <b>Saldos em 31/12/2015</b>  | <b>31.563</b>     | <b>6.312</b>  | <b>79</b>                     | <b>7.214</b>                 | <b>13.605</b>                | <b>1</b>                         | <b>–</b>          | <b>45.169</b>  |
| Dividendos adicionais pagos - R\$0,4202 por ação                               | –                 | –             | –                             | (7.214)                      | (7.214)                      | –                                | –                 | (7.214)        |
| Ajustes de avaliação patrimonial   | –                 | –             | –                             | –                            | –                            | (18)                             | –                 | (18)           |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>  | <b>–</b>          | <b>–</b>      | <b>–</b>                      | <b>–</b>                     | <b>–</b>                     | <b>16.845</b>                    | <b>16.845</b>     | <b>–</b>       |
| <b>Destinações:</b>  |                   |               |                               |                              |                              |                                  |                   |                |
| Dividendos intercalares pagos - R\$0,3372 por ação conforme RCA de 29/09/2016  | –                 | –             | –                             | –                            | –                            | –                                | (5.789)           | (5.789)        |
| Dividendos obrigatórios - R\$0,2453 por ação conforme RCA de 29/09/2016        | –                 | –             | –                             | –                            | –                            | –                                | (4.211)           | (4.211)        |
| Dividendos adicionais  | –                 | –             | –                             | 6.845                        | 6.845                        | –                                | (6.845)           | –              |
| <b>Saldos em 31/12/2016</b>  | <b>31.563</b>     | <b>6.312</b>  | <b>79</b>                     | <b>6.845</b>                 | <b>13.236</b>                | <b>(17)</b>                      | <b>–</b>          | <b>44.782</b>  |
| <b>Mutações do exercício</b>   | <b>–</b>          | <b>–</b>      | <b>–</b>                      | <b>(369)</b>                 | <b>(369)</b>                 | <b>(18)</b>                      | <b>–</b>          | <b>(387)</b>   |
| <b>Saldos em 30/06/2016</b>  | <b>31.563</b>     | <b>6.713</b>  | <b>79</b>                     | <b>6.792</b>                 | <b>6.792</b>                 | <b>(9)</b>                       | <b>8.027</b>      | <b>46.374</b>  |
| Ajuste ao valor de mercado   | –                 | –             | –                             | –                            | (7.214)                      | (7.214)                          | –                 | (9)            |
| Dividendos adicionais pagos - R\$0,4202 por ação                               | –                 | –             | –                             | –                            | –                            | –                                | 8.818             | 8.818          |
| <b>Lucro líquido do semestre</b>   | <b>–</b>          | <b>–</b>      | <b>–</b>                      | <b>–</b>                     | <b>–</b>                     | <b>–</b>                         | <b>8.818</b>      | <b>8.818</b>   |
| <b>Destinações:</b>  |                   |               |                               |                              |                              |                                  |                   |                |
| Dividendos intercalares pagos - R\$0,3372 por ação conforme RCA de 29/09/2016  | –                 | –             | –                             | –                            | –                            | –                                | (5.789)           | (5.789)        |
| Dividendos obrigatórios - R\$0,2453 por ação conforme RCA de 29/09/2016        | –                 | –             | –                             | –                            | –                            | –                                | (4.211)           | (4.211)        |
| Dividendos adicionais  | –                 | –             | –                             | 6.845                        | 6.845                        | –                                | (6.845)           | –              |
| <b>Saldos em 31/12/2016</b>  | <b>31.563</b>     | <b>6.713</b>  | <b>79</b>                     | <b>(369)</b>                 | <b>6.423</b>                 | <b>(17)</b>                      | <b>–</b>          | <b>37.969</b>  |
| <b>Mutações do semestre</b>  | <b>–</b>          | <b>–</b>      | <b>–</b>                      | <b>(369)</b>                 | <b>(369)</b>                 | <b>(9)</b>                       | <b>(8.027)</b>    | <b>(8.405)</b> |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras       |                   |               |                               |                              |                              |                                  |                   |                |

### Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 1.673, 12º andar, Ala Norte, Sala II, Pinheiros, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), tendo como principais objetivos a administração de recursos de terceiros, administração de fundos de investimento, prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira e serviços relacionados com o mercado de capitais e tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAUDE), que detém 100% da participação. A Companhia faz parte do conjunto de empresas formado pela Sul América S.A. e suas controladas, que é tratado pelo termo "SulAmérica". A Sul América S.A. (SASA) tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pelo BACEN e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 21/02/2017. **3. Principais práticas adotadas:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: • O resultado das operações é apurado pelo regime de competência; • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo longo prazo, respectivamente; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Ativos financeiros circulantes e realizáveis a longo prazo: Classificação e mensuração:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descrito a seguir: **3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, os títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. Em 31/12/2016 e 2015, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. **3.2.2. Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "títulos e valores mobiliários para negociação", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponível para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Investimentos - participações societárias:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com o seguinte aspecto. • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. **3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento do imposto de renda e de contribuição social diferido no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 2 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.5. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais de natureza civil, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por juros de 10,43% ao ano (9,36% em 2015). As provisões para as ações judiciais de natureza trabalhista são atualizadas mensalmente pela Taxa Referencial (TR) e por juros de 10,43% ao ano (9,36% em 2015). Tanto as provisões para as contestações de natureza civil, quanto às de natureza trabalhista são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais e com base em percentuais específicos, obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados no período de 60 meses para os casos encerrados, calculados levando-se em consideração a natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo e o desembolso financeiro esperado. Esses fatores foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos encerrados por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões para ações judiciais estão contabilizadas na rubrica "Outras obrigações - diversas", no exigível a longo prazo, e consideram os valores atuais das mencionadas ações judiciais. As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), conforme legislação vigente. As provisões para as ações judiciais relacionadas a advogados que patrocinam as causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda e, por isso, tem seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", no exigível a longo prazo. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Outros créditos - diversos", no ativo realizável a longo prazo, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.6. Benefícios a empregados:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), Seguro Saúde e Seguro de Vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.7. Incentivos em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos de 2011 e 2012 foram em caráter binomial e ambos os períodos eram compostos por opções simples. Estes planos foram descontinuados e a Companhia não possui opções em aberto dos mesmos. A partir de 2011, o plano foi reformulado e passou a ter somente outorga de incentivos de ações bonificadas. Neste atual plano de incentivos em ações, o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da Companhia, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é reconhecido pela Companhia a partir do dia anterior a data de

outorga, na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos. **3.8. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao se manifestar sobre as demonstrações financeiras, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos declarados pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras. **3.9. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e créditos tributários. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos, que porventura surjam, são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas notas explicativas de títulos e valores mobiliários (nota 5), créditos tributários de impostos e contribuições (nota 7.1) e provisões para ações judiciais (nota 12). **3.10. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo realizável a longo prazo e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **4. Gerenciamento de riscos:** O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management – ERM") da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para alcançar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: **1. Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; **• Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; **• Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e **• Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta à Unidade de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pre-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio da Referência em relação aos estudos de Gerenciamento de Riscos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management) e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos pela Companhia, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da divisão de riscos corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o responsável por todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos, a empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 2ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) remaneja então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia o patrimônio de referência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem em relação aos riscos da organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Conselho de Administração. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Riscos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, e é monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. **4.2. Riscos de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Os limites relativos às aplicações financeiras são estabelecidos através de um Comitê de Crédito que se reúne mensalmente, podendo haver convocações extraordinárias quando necessário. A composição da carteira da Companhia é segregada em LFT (Letra Financeira do Tesouro) e em Investimento de Estabelecimentos administrados por instituição de primeira linha, não pertencente ao grupo. Vale ressaltar que a Companhia não investe diretamente em crédito privado, tendo alocação sua carteira em títulos públicos e fundos classificados como renda fixa. A carteira é composta de investimentos de baixo risco e de curto prazo, investidos em quase sua totalidade em títulos públicos e federais e fundos com perfil semelhante, caracterizando, desta forma, um perfil conservador e de alta liquidez, classificando como insignificante os riscos de crédito e mercado. **4.3. Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas

| 4. Distribuição do resultado:                   |             |             |
|---|-------------|-------------|
| Descrição                                       | 2016        | 2015        |
| <b>Lucro antes dos impostos e participações</b> | <b>23,5</b> | <b>33,6</b> |
| ( - ) Impostos e contribuições                  | (4,4)       | (8,2)       |
| ( - ) Participações                             | (2,2)       | (3,2)       |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>               | <b>16,8</b> | <b>22,2</b> |
| ( - ) Constituição da reserva legal (5%)        | (1,0)       | (1,0)       |
| <b>Lucro líquido ajustado</b>                   | <b>16,8</b> | <b>21,2</b> |
| <b>Dividendos Obrigatórios</b>                  |             |             |
| <b>25% do lucro líquido ajustado</b>            | <b>4,2</b>  | <b>5,3</b>  |
| ( - ) Dividendos obrigatórios                   | 4,2         | 5,3         |
| <b>Saldo dos dividendos obrigatórios</b>        | <b>–</b>    | <b>–</b>    |
| Dividendos adicionais propostos                 | 6,8         | 7,2         |
| Dividendos intercalares pagos (a)               | 5,8         | 8,7         |
| <b>Saldo dos dividendos propostos</b>           | <b>16,8</b> | <b>21,2</b> |

(a) Montantes pagos em 2016 - R\$0,5825 por ação conforme RCA de 29/09/2016 (em 2015 - R\$0,5066 por ação conforme RCA de 09/11/2015). **5. Investimentos:** Em 31/12/2016, a Companhia mantinha investimentos diretos na Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (SAGA), no montante de R\$11,8 milhões. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **7. Auditores independentes:** Os auditores externos entendem que são independentes da Companhia e do grupo ao qual ela pertence e que não há qualquer contrato de serviços que não sejam os de auditoria até o momento que quebre esta relação de independência, até mesmo por suas características "não recorrentes". **8. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de acordos de acionistas. São Paulo, 21 de fevereiro de 2017.

### Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

|  | Notas | 2º Semestre/2016  | 2016              | 2015              |
|--|-------|-------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Receita da intermediação financeira</b>                               |       | <b>2.507</b>      | <b>5.188</b>      | <b>7.031</b>      |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários                 | 15    | 2.507             | 5.188             | 7.031             |
| <b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>                       | -     | <b>2.507</b>      | <b>5.188</b>      | <b>7.031</b>      |
| <b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>                           | -     | <b>10.294</b>     | <b>18.269</b>     | <b>26.603</b>     |
| Receitas de prestação de serviços  | 16    | 13.758            | 27.169            | 42.680            |
| Despesas de pessoal  | 17    | (5.441)           | (11.021)          | (12.301)          |
| Outras despesas administrativas  | 18    | (4.840)           | (9.404)           | (9.730)           |
| Despesas tributárias   | -     | (1.149)           | (2.144)           | (3.139)           |
| Resultado de participação em coligadas e controladas                     | 8     | 7.463             | 13.264            | 8.482             |
| Outras receitas operacionais   | 19    | 1.175             | 2.289             | 2.964             |
| Outras despesas operacionais   | 20    | (672)             | (1.884)           | (2.353)           |
| <b>Resultado operacional</b>   |       | <b>12.801</b>     | <b>23.457</b>     | <b>33.634</b>     |
| <b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>       |       | <b>12.801</b>     | <b>23.457</b>     | <b>33.634</b>     |
| <b>Imposto de renda e contribuição social</b>                            |       | <b>(2.059)</b>    | <b>(4.441)</b>    | <b>(8.236)</b>    |
| Imposto de renda   | 21    | (870)             | (2.334)           | (5.253)           |
| Contribuição social  | 21    | (780)             | (2.013)           | (2.982)           |
| Ativo fiscal diferido  | 21    | (409)             | (94)              | (621)             |
| <b>Participações no lucro</b>  | -     | <b>(1.924)</b>    | <b>(2.171)</b>    | <b>(3.160)</b>    |
| <b>Lucro líquido</b>   |       | <b>8.818</b>      | <b>16.845</b>     | <b>22.238</b>     |
| <b>Quantidade de ações</b>   |       | <b>17.166.837</b> | <b>17.166.837</b> | <b>17.166.837</b> |
| <b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$</b>                         |       | <b>0,51</b>       | <b>0,98</b>       | <b>1,30</b>       |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras |       |                   |                   |                   |







Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | CNPJ 32.206.435/0001-83

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. **São Paulo - SP** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes - CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ;  
Roberto Paulo Kenedi - Contador - CRC 1RJ 081.401/O-5

**Deloitte.**

COPOM

# Banco Central reduz juros básicos da economia para 12,25% ao ano

Com a redução efetuada por unanimidade pelo comitê, a Selic retorna ao nível de março de 2015

Pela quarta vez seguida, o Banco Central (BC) baixou os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu ontem a taxa Selic em 0,75 ponto percentual, de 13% ao ano para 12,25% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros. Com a redução, a Selic retorna ao nível de março de 2015, quando também estava em 12,25% ao ano. De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano, no menor nível da história, e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015. Somente em outubro do ano passado, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia. Em comunicado, o Copom informou que a infla-

ção está perdendo força em todos os setores da economia, com ajuda dos alimentos. “O comportamento da inflação permanece favorável. O processo de desinflação é mais difundido e indica desinflação nos componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária. Houve ainda uma retomada na desinflação dos preços de alimentos, que constitui choque de oferta favorável”, destacou. De acordo com a nota, o Banco Central admitiu que algumas projeções internas baseadas nas estimativas das instituições financeiras podem abrir espaço para os juros básicos caírem quase 3 pontos percentuais até o fim do ano. “No cenário de mercado, as projeções do Copom recuaram para em torno de 4,2% em 2017 e mantiveram-se ao redor de 4,5% para 2018.

“*De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa ficou em 7,25% ao ano, menor nível da história*”

Esse cenário embute hipótese de trajetória de juros que alcança 9,5% e 9% (ao ano) ao final de 2017 e 2018, respectivamente”, acrescentou o texto. A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA ficou em 0,38% em janeiro, o menor nível regis-

trado para o mês desde o início da série, em 1979. Nos 12 meses terminados em janeiro, o IPCA acumulou 5,35%. Até o ano passado, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelecia meta de inflação de 4,5%, com margem de tolerância de 2 pontos, podendo chegar a 6,5%. Para este ano, o CMN reduziu a margem de tolerância para 1,5 ponto percentual. A inflação, portanto, não poderá superar 6% neste ano.

No Relatório de Inflação, divulgado no fim de dezembro pelo Banco Central, a autoridade monetária estimava que o IPCA encerraria 2017 em 4,4%. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 4,43%. Até agosto do ano passado, o impacto de preços administrados, como a elevação de tarifas públicas, e o de alimentos, como feijão e leite, contribuiu para a manutenção dos índices de preços em níveis altos. De lá para cá, no entanto, a inflação começou a desacelerar por causa da recessão econômica e da queda do dólar. A redução da taxa Selic estimula a economia porque juros menores impulsionam a produção e o consumo num cenário de baixa atividade

econômica. Segundo o boletim Focus, os analistas econômicos projetam crescimento de apenas 0,48% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos pelo país) em 2016. No último Relatório de Inflação, o BC reduziu a estimativa de expansão da economia para 0,8% este ano. A taxa é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Quando reduz os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação.

CONCESSÕES

# EcoRodovias e Pátria têm propostas aprovadas para leilão de rodovias do centro-oeste paulista

Dois grupos entregaram propostas válidas para a disputa da concessão das Rodovias do Centro-Oeste Paulista, lote de estradas que será leiloado pelo governo do Estado de São Paulo e que liga os municípios de Florínea (na divisa com o Paraná), e Igarapava (na fronteira com Minas Gerais). Estão na disputa pelo lote a EcoRodovias Infra-

estrutura e Logística S.A. e o Pátria Infraestrutura - Fundo de Investimentos em Participações. A data para a abertura das propostas ainda não foi definida pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp). A Artesp realizou ontem a sessão de abertura dos envelopes com as garantias

de proposta dos interessados pelo trecho, no valor de R\$ 4,7 milhões - o montante corresponde a 1% do valor de contrato, de R\$ 4,7 bilhões - englobando investimentos de R\$ 3,9 bilhões (sendo R\$ 2,1 bilhões nos primeiros oito anos de concessão) e outorga mínima de R\$ 795 milhões. O lote Florínea-Igarapava possui cerca de 570 quilôme-

tros de rodovias, englobando, além da SP-333, trechos da SP-266, SP-294, SP-322, SP-328, SP-330 e SP-351. A disputa se dará pela maior oferta de outorga, sendo o valor mínimo R\$ 397,2 milhões relativo à primeira parcela da outorga. A concessão prevê oito praças de pedágio ao longo da extensão do lote, sendo quatro novas e outras quatro já existentes.

As condições de financiamento oferecidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o lote das Rodovias do Centro-Oeste Paulista incluem a participação do banco em até 80% dos itens financiáveis, utilizando condições de mercado, preferencialmente via emissão de debêntures - são passíveis de financiamento

os investimentos de “Conservação Especial” referentes ao 1º ciclo de recapeamento e restauração de obras de arte especiais do sistema existente. Além disso, o BNDES definiu que o prazo máximo para parcela do financiamento a custo de mercado será de 10 anos, caso este apoio não seja realizado via emissão de debêntures.

IDEC

# Poupadores que alegam perdas em planos econômicos do passado querem fazer acordo

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) enviou na terça-feira uma petição à ministra-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), Grace Mendonça, para que a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 165, que trata das perdas com os planos Bresser e Collor, e os demais recursos a ela vinculados sejam suspensos. A petição é de autoria do

Idec, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação de Proteção dos Direitos dos Cidadãos, da Frente Brasileira dos Poupadores e da Associação Civil SOS Consumidores. Eles propõem que as ações sejam substituídas por uma mediação do ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, relator do caso. O julgamento trata da constitucionalidade de pla-

nos econômicos lançados nas décadas de 80 e 90, durante os governos de José Sarney e Fernando Collor de Mello, que provocaram, na visão dos reclamantes, perdas no rendimento das cadernetas de poupança. Um estudo da consultoria LCA estimava o risco de perdas para os bancos em R\$ 341,2 bilhões. O montante considerava que todos os potenciais beneficiários das ações civis públicas ingres-

sariam com ações de execução. Em 2014, analistas do Credit Suisse estimaram o passivo em até R\$ 33 bilhões. Hoje, as ações coletivas são menos de 15. O Idec calcula que o passivo a ser pago seja de R\$ 4,8 bilhões, e que os bancos tenham R\$ 6,4 bilhões em recursos provisionados. “São recursos que estão travados e que os bancos poderiam jogar na economia em um momento de crise.

Há um grupo de poupadores que se vê diante da incapacidade do Judiciário em fazer cumprir suas determinações em relação aos bancos, no que se refere a planos econômicos”, diz Walter Moura, advogado do Idec. A discussão do tema foi travada em 2014 por falta de quórum, já que 4 dos 11 ministros se declararam impedidos de discutir a questão. No ano passado, a extinção de um

processo do pai da ministra Cármen Lúcia sobre o assunto abriu caminho para que a Corte voltasse à questão. A Ferebraban, que representa os bancos, disse acreditar na constitucionalidade dos planos e na ausência de prejuízo aos poupadores ou ganho aos bancos, que agiram cumprindo a lei. A federação avaliou como positiva a tentativa de encerramento dos processos usando a mediação.